



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

## **O novo processo de (re)democratização no Paraguai: um balanço do primeiro ano do governo Horácio Cartes.**

Tomaz Espósito Neto

Professor Adjunto do Curso de Relações Internacionais da FADIR / UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Pesquisador do Observatório da Fronteira da FADIR/UFGD. Apoio Financeiro: FUNDECT-MS.

Em 15 de agosto de 2013, Horácio Cartes assumiu a Presidência da República do Paraguai em meio a um período político turbulento, iniciado com o polêmico *impeachment* de Fernando Lugo, e começou um novo ciclo na política paraguaia com o retorno do Partido Colorado ao poder. Com um ano de governo, já é possível fazer um primeiro balanço da gestão Cartes.

A despeito de ser um empresário de sucesso, “dom” Cartes não tinha experiência prévia na administração pública e possuía a reputação maculada com suspeitas de envolvimento com atividades ilícitas, como o contrabando de cigarros. Por isso, muitos questionavam a capacidade de Cartes de lidar com os complexos desafios e problemas paraguaios, cujos principais foram: o isolamento político internacional, a manutenção do crescimento econômico; as desigualdades econômicas e sociais, e as questões de segurança pública.

Após o *impeachment* de Lugo, os países membros do MERCOSUL e da UNASUL, respaldados nos Protocolos de Ushuaia de 1998 e 2012, impuseram uma série de sanções internacionais, como a suspensão do Paraguai das reuniões dos organismos internacionais, o que resultou no isolamento político de Assunção. O maior exemplo foi a controvertida entrada da Venezuela no MERCOSUL, que, a despeito de toda a oposição do Paraguai, contou com a aprovação de Brasil, Argentina e Uruguai.

Diante desse cenário, o Paraguai, sob o comando de Cartes, aceitou a entrada da Venezuela. No entanto, o governo de Assunção demonstrou efusivamente as suas insatisfações com a condução da temática político-econômica do MERCOSUL. O Paraguai, aliás, procurou ampliar os seus “horizontes” diplomáticos para além do Cone Sul. Para tanto, o Palácio López se aproximou dos membros da Aliança do Pacífico e dos países asiáticos, em especial com a República Popular da China (RPC).

No campo econômico, Cartes impulsionou algumas reformas de cunho liberal, como a aprovação da *Alianza Público-Privada* (APP), que regulamenta a concessão de empresas e serviços públicos à iniciativa privada. Ademais, ampliou os incentivos da “Ley de Maquilas” aos Investimentos Externos Direitos. Com isso a economia paraguaia, segundo dados da CEPAL(2014), cresceu 13,6% em 2013. O Banco Central do Paraguai (BCP) estima um aumento de 4,8 % no PIB paraguaio em 2014.

O bom desempenho da economia não refletiu na melhora da distribuição de renda e de indicadores sociais no Paraguai. Isso se deve aos seguintes fatores: a opção de um “modelo” de crescimento que amplia a concentração de renda no país; o “caudilhismo” político e a endêmica corrupção no setor público paraguaio; e a ausência de uma estratégia política de combate às desigualdades sociais, como a garantia do acesso pela população aos serviços estatais básicos, o que acaba por perpetuar a miséria.

Outro desafio enfrentado por Cartes é a segurança pública. Para tanto, o Congresso alterou três artigos da Lei de Defesa, o que, na prática, permitiu o uso das Forças Armadas no combate ao crime organizado e à grupos paramilitares, como Ejército de Pueblo Paraguayo (EPP). Até o momento, essa política não conseguiu resultados expressivos.

Percebe-se, portanto, que, nesse primeiro ano de mandato, Cartes enfrentou com sucesso as questões conjunturais. A persistência de históricos e sérios problemas estruturais, no entanto, coloca em dúvida a capacidade e a vontade do Presidente e da atual elite governante de resolvê-los, o que poderá ameaçar o futuro da estabilidade política paraguaia.

Palavras-Chave: Paraguai; Governo Cartes; Democratização

